# O DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL COMO UTOPIA

Jodival Mauricio da Costa
Universidade Federal do Amapá
jodival.costa@unifap.br

**O direito à cidade sustentável como utopia (Resumo)**

A urbanodiversidade é o caminho para construir a cidade sustentável. Esta discussão é feita em três passos: discute-se a cidade como o lugar da utopia e do devir, onde concebe-se sujeitos sociais urbanos como máquinas desejantes. Segue-se uma crítica do atual discurso de cidade sustentável e da noção de sustentabilidade, com recorrência às referências bibliográficas da área e aos próprios estudos do autor. Por fim, apresenta-se a utopia da cidade sustentável como a construção dos direitos da diversidade, onde a cidade é entendida como um tecido único, porém retalhado, remendado na composição do todo. Considera-se que a cidade sustentável é uma utopia porque ela reside num tecido social urbano marcado pela multiplicidade, que por meio de suas potencialidades, portam os saberes e ações para a cidade sustentável que poderá vir a ser.

**Palavras-chave:** o direito à cidade, utopia, cidade sustentável.

**The right to sustainable city as utopia (Abstract)**

The urban diversity is the way to build the sustainable city. This discussion is done in three steps: discusses the city as the place of utopia and becoming, in which is conceived urban social subjects as desiring machines. The following is a critique of the current discourse of sustainable city and the notion of sustainability, with recurrent references to the area and to own the author studies. Finally, we present the utopia of sustainable city as the construction of the rights of diversity, where the city is seen as a single fabric, but shredded, patched the whole composition. It is considered that the sustainable city is a utopia because it lies in an urban social marked by multiplicity, which through its potential, carry the knowledge and actions for sustainable city that can become.

**Keywords:** right to the city, utopia, sustainable city.

## Sobre cidade, utopia e devir-urbano

Historicamente podemos entender a cidade como um espaço para onde convergem as preocupação com os dilemas e acontecimentos da humanidade. Ela foi o lugar da democracia na Atenas da Grécia Antiga, Roma é quase sinônimo de república, Genova e Veneza representaram revoluções comerciais por sua localização estratégica, da mesma forma que Londres tornou-se símbolo da Revolução Industrial e Paris ficou conhecida por ser lócus do desencadeamento do Iluminismo. Certamente que há outros

exemplos que poderiam ser lembrados e o fato de fazermos menção a estes não é porque os consideramos mais importantes que outros, mas apenas para dar visibilidade à cidade como lugar de eventos.

Para falarmos de cidade também daremos uma noção do que seja sociedade. Aqui parte-se do princípio de que o conceito de sociedade é complexo e temporal; o que significa que ele deve ser pensado dentro de um contexto em que vive uma dada sociedade, levando em consideração os eventos que a influência. Assim, entender o que é sociedade na Grécia Antiga, por exemplo, é diferente das demais sociedades que a sucederam, mesmo que com traços em comum, a exemplo da ideia de regime de democracia. E à medida que crescem as relações espaciais humanas, com maior capacidade de relação entre sociedades distintas, mais complexa torna-se conceituar o que seja sociedade. Atualmente, com o avanço do processo de globalização, a hibridização cultural e social também avança; ao mesmo tempo em que muitos povos permanecem isolados. E mesmo em aglomerados humanos com cultura em comum ainda há a marca da diversidade. Em uma cidade, por exemplo, os costumes que um determinado povo possa cultivar em aspecto geral, como dimensão de uma totalidade nesse sentido, não significa que as formas de apropriação do espaço e de vivência do social ocorra da mesma forma para todas as microterritorialidades, ou para as micro-espacialidades: da apropriação da rua, do bairro, dos espaços públicos, etc.

Entre acontecimentos e dilemas humanos, cidade e sociedade se mesclam e formam uma urbanodiversidade. Além da cidade ser o espaço da aglomeração humana por excelência, essa questão também se explica porque ela tornou-se um tipo ideal, imaginada como recanto onde as pessoas se superam e superam os problemas que as afligem; mesmo que em parte esses dilemas advenham da própria vida urbana. Se algumas cidades antigas ganharam destaque por algum ponto específico na história da humanidade, a cidade moderna vai tornar-se ela própria um modelo de vida, porque se tornou lócus das realizações do homem moderno em busca de emancipação.

Nesse aspecto, a cidade moderna é a representação do sonho de emancipação do homem anunciado no projeto da modernidade. No contexto moderno é possível entender o emancipar-se como produzir extensões que conferem ao humano certa autonomia em relação às limitações biológicas do corpo por um lado, e do julgo do trabalho, por outro. E como ser biológico, como corpo, o homem é apenas mais um na natureza, constitui um de seus elementos. O que o torna diferente dos outros animais é sua capacidade de criar extensões corporais - ele produz prolongamentos que aumentam suas capacidades de ação e compensam limitações. Claro que essa é acima de tudo uma questão de poder, pois se esse processo começou como movimento filosófico, ganhou materialidade pelas estratégias econômicas da época, onde os avanços na área de tecnologia produtiva aumentaram o poder de produção e reprodução do capital. Nesse aspecto, a emancipação moderna nasce atrelada à condição capitalista, de onde se conclui que o sonho de emancipar-se do homem moderno encontra lugar na acumulação de capital. Essa condição de transformação da cidade no espaço da modernidade capitalista torna-se o próprio modelo de vida urbano industrial, que embora tenha se constituído como uma realidade, permaneceu incompleto: totalidade e incompletude e, por isso mesmo, sempre possibilidade de deixar de ser e de vir a ser.

O surgimento das cidades também poder ser compreendido como reflexo da criatividade humana e da construção de extensões culturais. De muitos modos a cidade contribuiu para a sobrevivência humana, pois aglomerar os homens produz o criar em conjunto, os espaços do agir humano. Se o mercado e a política, como mecanismos de organização da vida em sociedade se instrumentalizam como elementos espacializados, é na cidade que irão encontrar o campo necessário para isso, para destacar um exemplo.

A partir desta forma de ver a cidade, como materialidade e desejo dos que nela vivem, torna-se acima de tudo um espaço. Neste artigo o espaço é concebido como relacional, no sentido de que somente pode ser como produção e re-produção dos que nele exercem ação[1]. Aquilo que um grupo, uma sociedade, um indivíduo, desejam possui uma relação espacial, uma vez que convergem para uma realização que é quase sempre localizada. Mesmo que atualmente essa prática também ocorra em forma de redes, não deixa de possuir um perfil e uma forma que é o locacional, pois mesmo as redes são mapeáveis e possuem uma relação direta com o espaço - são ações espacializadas.

Nesse aspecto, as ideias, os desejos, as manifestações humanas que buscam transformar realidades têm como alcance a espacialização. Não nos preocupamos aqui em uma distinção das categorias espaço e território, por entendermos que suas diferenças e aproximações já foram bastantes discutidas por muitos teóricos[2]. Tomamos a categoria espaço por entendermos que ela é adequada aos objetivos propostos neste artigo: entender como as relações humanas, por serem diversas mesmo quando desenvolvidas em um mesmo espaço, precisam ser vistas pela ótica da multidimensionalidade das ações; que muitas vezes são resultados das paixões humanas, dos desejos, da sua cultura, que são os sentidos pelos quais vêm e sentem o mundo e dele se apropriam pela condição de existência, de estar ali. Desse ponto de vista: produzir espaço é territorializar sentidos.

Dito isso, considera-se que a utopia também se espacializa, pois ela surge da insatisfação com a situação percebida; do impulso para o outro; da manifestação e materialização dos desejos. E também da divergência com a forma, conteúdo e estética imputada como condição espacial unidimensional e, por isso mesmo, sempre autoritária e opressora para outros. Como os dilemas humanos são resultados da própria ação humana no espaço, a cidade manifesta as contradições dos projetos de sociedade, a exemplo deste da emancipação construído pela modernidade que, não podendo completar-se, produz sua reflexividade[3]. Ela se torna o espaço onde se sonha o novo, da superação dos problemas e da caminhada em direção a outra forma de viver, outra sociedade, outra cidade - o devir-utópico urbano.

Utopia é um devir porque cria a partir de si mesma, mas também como negação de uma realidade estabelecida, e projeta como futuro a ação que, como desejo, já existe, embora nem sempre percebida, porque acontece como força-movimento -, que ao negar já se torna outra coisa, mesmo sendo ainda impulso e movimento, mas uma máquina desejante espacial que surge como possibilidade de revolução. Utopia é uma totalidade-

[1] Santos, 1999; Lefebvre, 2000.
[2] Raffestin, 1993; Santos, 1999.
[3] Habermas, 2002; Beck, 2012; Giddens, 1991; Lash, 2012.

totalização, uma vez que o ente utópico já é o que busca ser, embora ainda não o seja como materialidade espacializada. Como um feto em processo de gestação, ou um corpo em estado de coma que porta os estímulos para acordar e ser novamente corpo-espaço-ação[4]. Assim, cidade e utopia não pode ser a busca pela cidade inexistente, ou pela cidade do futuro como discurso; é antes por em movimento a cidade-devir, fazer vibrar os corpos sociais vibráteis não participes das relações espaciais de poder estabelecidas como padrão; mas que são partes indissociáveis do espaço urbano, muitas vezes como ação aparelala[5].

Utopia não corresponde ao seu significado etimológico, pois recusa-se a ser pensada como lugar nenhum[6]. Uma utopia é, desde o momento em que surge como negação de uma realidade, uma forma de ser no mundo. A utopia pode ser comparada ao que Arendt (1998) concebe como milagre, pois passa a existir como possibilidade de trazer o novo. Pensamos que o grande valor da utopia está no fato de ser movimento, de ser possibilidade de vir a ser o que é. E como existência no campo da possibilidade, ela é devir porque é revolucionária em relação ao padrão existente.

Neste trabalho a utopia despe-se do seu significado etimológico que traz a ideia de lugar nenhum. O lugar da utopia é nela mesma, porque é força-movimento. Mas não é, necessariamente, movimento que vai ao encontro de um futuro imaginado; mas movimento que carrega a si mesmo, que constrói caminho como forma de existir. Isso não significa que o que é não almeje ser futuro, diz-se principalmente que não é um salto de existência - que hoje seria sonho passaria a ser como realidade futura. Assim, a utopia que propomos é muito próxima da ideia de heterotopia proposta por Boaventura de Sousa Santos no livro *Pela Mão de Alice*, ao descrever um lugar outro que não se realizaria como um futuro, que ele define como uma deslocação radical dentro de um mesmo lugar. O lugar da heterotopia Boaventuriana chama-se "Pasárgada 2", como ele a descreve:

> "A heterotopia que proponho chama-se Pársagada 2. Não é um lugar inventado, é o nome inventado de um lugar da nossa sociedade, de qualquer sociedade onde vivamos. Em Pásargada vigora a ideia de que estamos efectivamente num período de transição paradigmática e que é preciso tirar todas as consequências disso. Todas ou algumas, pois também se reconhece que este período de transição está ainda no começo e portanto não apresenta ainda todos os seus traços. Em Pásargada 2 estuda-se com muita atenção do século XVII porque foi um século em que circularam vários paradigmas científicos. Por exemplo, conviveram a par e par o paradigma ptolomaico e o paradigma copernicano-galilaico. Talvez por isso se aceitou neste século a relativização do conhecimento, a distância lúdica entre às verdades adquiridas e se viveu o fascínio por outros mundos, outras formas de pensar e agir, enfim, outras formas de vida"[7].

O que Boaventura de Sousa Santos teoriza como heterotopia em relação às relações estabelecidas historicamente entre o Norte e o Sul expressa a ideia de que o Norte já não consegue servir de referencial para o que se faz no Sul, porque já não há um futuro possível a partir da emancipação prometida pela modernidade. A cidade-utopia, o devir-

[4] Almodóvar, 2003; Rolnik, 2003; Rolnik, 1989.
[5] Deleuze e Parnet, 1998.
[6] Galeano, 2015.
[7] Santos, 1999. p 280.

urbano sãos os movimentos por outras cidades possíveis dentro das cidades existentes, por outras urbanidades dentro do próprio espaço urbano atual.

Não é objetivo deste artigo identificar movimentos, caracterizá-los, nominá-los de alguma forma. Ao falarmos da urbanodiversidade existente na cidade como utopia, é porque concebemos a cidade como espaço da multiplicidade[8]. Como múltiplo há dimensões dessa multiplicidade que não são padrões de organização social, que não estão devidamente perfilados como peças de captura nas estrias institucionais, e por esse motivo podem deslizar-se para outras produções espaciais - essa forma de múltiplo representa pela sua própria existência, outros mundos possíveis[9], porque portam outras formas: como conteúdo e como estética espacial. Nesse aspecto, o momento atual, em que convivemos com uma crise ambiental, porta muitas possibilidades de mudança, o que inclui a superação do próprio modelo urbano industrial.

## Desconstrução da ideologia de sustentabilidade aplicada às cidades

Pode-se afirmar que os anos de 1990 inauguraram a era de um "consenso ambiental", no sentido de que o que vinha sendo construído nas duas décadas anteriores como crise ambiental, chega ao seu ápice no pós Conferência do Rio de Janeiro, em 1992. A identificação de um "consenso ambiental" significa entender que, atualmente, nenhum ator político ou econômico, assim como dificilmente um individuo, irá colocar-se contra a sustentabilidade ou promover medidas ambientalmente incorretas; e mesmo que venha a praticá-las, ainda será capaz de manter o discurso de defesa do meio ambiente, porque o discurso enraizou-se de tão forma que eliminou os opositores. Em outras palavras: ninguém é contra o desenvolvimento sustentável, nem contra a sustentabilidade, nem é capaz de negar que estamos vivendo problemas ambientais graves com sérios indícios de agravamento. Nem mesmo os céticos, que embora questionem a crise ambiental como resultado das ações humanas, negam que os problemas ambientais de fato existam; apenas questionam as causas.

Não obstante, entendemos que compreender como chegamos a este consenso é um exercício de reflexão necessário para a discussão sobre cidade sustentável. Com relação à visibilidade, as primeiras denúncia de uma crise ambiental vieram dos movimentos de contracultura dos anos de 1960; que imputavam a existência dos problemas ambientais, principalmente os que se manifestavam nas cidades, a exemplo dos relacionados à poluição do meio ambiente, à ação das empresas, em espacial às grandes corporações. Eram movimentos que questionavam o modelo urbano industrial, cuja referência de início é o século XVIII. Eles tinham na proposta central a ideia de ruptura de modelo de produção e de consumo.

Muitas podem ser as análises dos desdobramento desses movimentos, como foi devidamente debatido nos meios acadêmicos e sociais e, embora não signifique que o tema esteja esgotado, não é objetivo rediscuti-lo. Dito isso, o que nos interessa é essa ideia central já citada: nos movimentos de contracultura a solução para os problemas

[8] Arendt, 2009.
[9] Deleuze e Guattari, 1997; Guattari, 2011.

ambientais, em especial os urbanos, identificados naquele contexto advinham de uma ruptura com o modelo existente[10]. Optamos por discutir a partir do modelo urbano industrial por entendermos que é graças a uma estética urbana moderna que o capital se realiza.

Paralelo a esta mobilização os cientistas que ficaram conhecidos como Clube de Roma apresentaram outra proposta, que embora reconhecesse o papel determinante do modelo urbano industrial na degradação do meio ambiente e pregasse sua desaceleração[11], não via antagonismo e nem contradição entre a continuidade de suas formas de produção e consumo e a preservação do meio ambiente. Nossa conclusão do Relatório Meadows é que se por um lado havia um despertar para os problemas ambientais, o que realmente estava em jogo era a própria sobrevivência do modelo de produção e consumo, principalmente do modo de produção capitalista.

O resultado dos três anos de estudos implementados pelo Clube de Roma influenciaram diretamente os grandes eventos de ordenamento e estruturação da questão ambiental posteriores, tendo como marco de partida a Conferência de Estocolmo em 1972, que dava continuidade ao debate sobre desenvolvimento e meio ambiente. Com grande adesão de países de primeiro mundo europeus, a exemplo da Noruega, esses eventos que passaram a ser organizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) desencadearam um processo de ordenação da crise ambiental[12]. Os anos de 1980 têm sua importância como a década na qual os principais conceitos são forjados nos bastidores políticos e econômicos institucionais.

Os países, mesmo que com práticas contrárias a uma política de conservação ambiental, se declararam a favor das causas ambientais atendendo aos preceitos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) criando em 1972, inclusive com formulação de políticas ambientais inovadoras, mesmo que desvinculadas das ações ambientais que praticavam; a exemplo da Política Nacional de Meio Ambiente brasileira, de 1981. Com a divulgação do Relatório Brutland em 1987, estava criada a noção de desenvolvimento sustentável, de caráter essencialmente político e econômico no que tange a sua construção. Portanto, primeiro cria-se o consenso para depois convencer os demais envolvidos.

Já os anos de 1990, marcados pela realização da Conferência do Rio de Janeiro em 1992, que ficou conhecida como Eco-92, além de ser organizada pela ONU e ter o apoio de 179 países, teve amplo destaque pela adesão das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e de grandes corporações globais. Pode-se considerar que os anos 90 assinalam a configuração de um arranjo ambiental global, que embora multifacetado, estava ordenado por uma agenda proposta pela ONU - A Agenda 21 Global.

Essa agenda foi organizada respeitando os preceitos do Relatório Brutland, com destaque para a primazia das futuras gerações nas ações que a sociedade atual exercem no meio ambiente. Embora reconheçamos a importância dessas questões para uma

[10] Porto-Gonçalves, 2006; Leff, 2006.
[11] Meadows, 1972.
[12] Costa, 2013.

melhor qualidade do meio ambiente em que vivemos, elas são pautadas pelas questões de um aparato técnico-científico e político-econômico que questiona a velocidade e os meios atuais do desenvolvimento econômico, mas não põe em questão as bases culturais e éticas da sociedade urbano-industrial. Não faz a crítica da questão ambiental como reflexo da forma de pensar e ser na modernidade e, nessa forma de entendimento, não concebe a crise ambiental como crise da ideia de natureza e sociedade pensada na modernidade[13].

A ideia de cidade sustentável que atualmente tem ganhado destaque em escala global, e já presente no Brasil, é herança dessa forma de ordenar o pensamento ambiental exclusivamente por meio da ciência, da política e da economia, que as últimas três décadas colocaram em movimento. O que o novo "urbanismo ambiental" tem promovido como sustentabilidade urbana atende aos novos interesses de uma parcela do mercado relacionada aos novos produtos denominados de sustentáveis. A sustentabilidade urbana, que poderia ser construída como um novo saber ambiental na construção do espaço urbano, torna-se uma marca de inovação, que embora tenha seu destaque na busca por soluções ambientais, e por isso não negamos sua validade, apenas contribui para adaptações ambientais do atual modelo.

Tomando esse contexto como base de pensamento por entendermos que a utopia da cidade sustentável é também uma distopia, porque somente pode ser pensada pela desconstrução do atual discurso da sustentabilidade introduzido no final dos anos de 1980 e, principalmente a partir da Conferência do Rio de Janeiro em 1992, quando intensificou-se como uma ideologia. O atual discurso de cidade sustentável defende a ideia de que o caminho para chegar a este objetivo está na utilização de novos materiais, afirmando uma solução tecnológica como superação da crise ambiental. Esta noção de sustentabilidade abre caminho para uma nova apropriação da natureza pela mesma lógica do projeto da modernidade, mesmo que agora por uma modernidade que busca adaptações por conta dos reflexos de suas próprias ações[14], e elege as grandes empresas e os países ocidentais como artífices da solução ambiental[15]; e também é uma apropriação da atual crise da natureza como oportunidade de mercado, uma vez que mercantiliza elementos até então não dotados de valor monetário, a exemplos do ar e da água[16].

Não é posto em xeque, dessa forma, o papel do próprio modelo industrial como produtor dos problemas ambientais que, consequentemente, tornam-se problemas urbanos[17]. E torna-se um discurso porque mascara a crise ambiental como uma crise da própria modernidade e do seu projeto de emancipação do homem. Embora seja necessário reconhecer a ciência, a técnica e a política (entendidas aqui como indissociáveis) como fundamentais para a superação da crise ambiental, o principal problema é a forma de pensar e conceber a natureza construída ao longo da

[13] Costa e Richetti, 2010.
[14] Beck, 2010.
[15] Leff, 2006.
[16] Costa e Richetti, 2010.
[17] Beck, 2012.

modernidade[18]. Como argumenta Latour (2004) as políticas ambientais atualmente desenvolvidas não são capazes de conservar a natureza, porque não são políticas capazes de mudar o atual modelo de apropriação dos recursos naturais. Acrescentamos que as políticas urbanas denominadas de sustentáveis também não superarão os problemas ambientais urbanos, porque não superam o modelo urbano industrial para pensar outros espaços urbanos possíveis.

A questão ambiental urbana e a ideia de cidade sustentável atuais sobrevivem de algumas estratégias pontuais, comumente relacionadas a certas ideias inovadoras de algum profissional ou medidas tomadas pelo governante de alguma cidade. Ganha destaque, assim, o que podemos chamar de a personificação e personalização da cidade sustentável, porque se torna a marca de alguém ou de um produto. Assim, ganha destaque um sujeito, ou um objeto.

Também tem sido cada vez mais comum a propagação do verde como ideia de cidade sustentável. O esverdeamento das ideias e das políticas da cidade mascaram o discurso do desenvolvimento sustentável, a exemplo da "arquitetura verde", porque transforma a questão ambiental urbana em medidas meramente técnicas e de responsabilidade individual. Sobre isso podemos destacar:

A solução tecnológica. Antes é imprescindível registrar que consideramos salutar a importância que a tecnologia ocupa nos desdobramentos humanos. Por meio da descoberta de novas técnicas as sociedades humanas construíram extensões culturais que lhes permitiram certa autonomia em relação aos obstáculos herdados da própria condição de ser humano: o desenvolvimento dos meios de transportes mecânicos, por exemplo, deu aos homens e mulheres o prolongamento do espaço e o encurtamento das distâncias, revolucionando a espaço-temporalidade humana; da mesma forma que os meios de comunicação permitiram maior velocidade da informação e das ideias; etc. Há outros exemplos que podem ser citados sobre o papel que o desenvolvimento tecnológico tem a desempenhar como instrumento social; não é sua importância que é questionada aqui.

A questão é que o desenvolvimento tecnológico tem sido apontado como a solução para os problemas ambientais; e embora reconheçamos que a tecnologia é importante na superação de problemas pontuais, como mudanças os climas urbanos, por exemplo, é diferente quando se trata da crise ambiental e a passagem para a cidade sustentável. O ponto que combatemos o discurso da solução tecnológica para a crise ambiental é que a crise não é técnica, mas de natureza epistemológica e cultural. O que hoje se manifesta como crise ambiental é o próprio esgotamento do modelo urbano industrial, erguido sobre a episteme da modernidade, que reduziu o natural ao mero instrumento da produção de extensões técnicas imputadas ao desenvolvimento da sociedade urbano industrial.

[18] Leff, 2008.

Concordamos com Leff, de que "na perspectiva neoliberal, desaparecem as causas econômicas dos problemas ambientais" [19]. Esse processo gerou o descolamento entre as coisas e seu lugar de referência e finalidade, sendo privado do sentido e do uso que tem ou poderia ter para os outros, os que não fazem parte das estratégias de acumulação em escala global e local. Esse discurso incide sobre as estruturas espaciais, sobre sua organização e afeta diretamente as populações dos lugares que se tornam objeto de interesse das estratégias de atores externos e dos atores locais privilegiados. É nesse aspecto que a solução pelos meios tecnológicos atualmente em poder de poucos países e de poucos atores não será capaz de conservar a natureza e nem de conduzir as cidades para a sustentabilidade, pois são estratégias de reapropriação da questão ambiental pelo próprio modelo urbano industrial produtor desta condição. Dito de outra forma, os processos de acumulação de capital produziram novas estratégias de apropriação da lógica de produção das cidades se apropriando do discurso do desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade.

É esse o discurso que se tem aplicado às novas propostas de planejamento urbano como tendência global. O chamado urbanismo ecológico, como uma vertente do próprio planejamento urbano, tem enaltecido a noção de cidade sustentável como cidade verde: telhados verdes, parques urbanos, recuperação de canais e rios, etc. Se pelo fato do conforto urbano, ambiental e estético essas medias são louváveis; por outro lado elas reforçam a lógica da cidade padronizada e de um cotidiano engessado nos padrões estéticos de tendência global, em detrimento de uma estética dos lugares, dos bairros, da rua, que possuem suas próprias práticas de apropriação dos problemas espaciais e de suas soluções. Embora com melhor qualidade ambiental e medidas necessárias na superação de problemas locais, são modelos que condicionam um tipo ideal e padronizado de cidade a ser difundida em escala global.

É nesse contexto que urbanistas e planejadores urbanos reforçam a lógica da cidade do pensamento único, mesmo que seja um padrão convergente para uma melhor qualidade do meio ambiente construído. Aqui fazemos uma diferença entre qualidade ambiental dos espaços urbanos e cidades sustentáveis. A primeira trata da condição física, química e biológica dos sistemas naturais e artificiais da cidade. Qualidade ambiental é uma questão de aplicação tecnológica, do conhecimento técnico de profissionais da área de urbanismo e planejamento urbano e de boas políticas públicas; são procedimentos louváveis e não há, aqui, argumentos contrários a essas técnicas, No entanto, mesmo com esses ganhos em qualidade ambiental urbana, essas medidas não superam a lógica moderna de produção do espaço urbano, pois permanecem como a cidade-objetivada, a cidade-mercadoria. A cidade ambientalmente qualificada passa a ser um produto de mercado, vendida como modelo que é a marca de alguém e carrega a marca de seu criador: uma espécie de herói pós-moderno da crise ambiental. Assim replica-se fórmulas criadas em algumas cidades, enaltece-se a figura de prefeitos como modelos de gestores e configura-se um tipo ideal de forma urbana e de governança urbana.

Quando um modelo se estabelece como tipo ideal a ser replicado, nega-se a cidade como espaço uno e múltiplo. Imprime a unicidade do modelo sobre a urbanodiversidade

[19] Leff, 2006, p. 138.

e cria obstáculos à multiplicidade de formas de ver e ser no espaço urbano como produção de outros espaços urbanos possíveis.

**O caminho para a cidade sustentável como utopia**

A cidade é um produto sócio-histórico, cujo conteúdo espacial manifesta a diversidade dos que nela habitam; daí porque partirmos do reconhecimento de que existe uma urbanosociodiversidade que empresta à cidade como espaço geográfico a multiplicidade do urbano. Embora os planejadores urbanos, historicamente, tenham planejado a cidade una e padronizada; estudos sobre o cotidiano[20] indicam outra forma de concebê-la: como o espaço dos que nela vivem e exercem ação, mesmo que a visibilidade e importância das ações nas relações de poder exercidas no espaço urbano sejam assimétricas. A padronização do espaço urbano não significa que a construção da cidade seja padronizada; mas que há uma forma de ver e ser que se manifesta como dominante e transforma o diferente em aspecto inferior, cujo objetivo deve ser almejar o padrão econômico e estético produzido como verdade de forma e conteúdo urbanos.

Uma dessas formas é a estética da paisagem: a paisagem é um dos principais elementos de padronização urbana da atualidade. A forma mais conhecida dessa "paisagização" do urbano como padrão são as gentrificações ou requalificações, que em âmbito geral desconstroem os espaços rústicos presentes na cidade e transportam paisagens urbanas de outros centros, difundindo um novo modo de apropriação do espaço. Mas vai além da paisagem como espaço construído para contemplação e uso, pois há nesta conteúdo de ideia e valor que são introduzidos como elementos do cotidiano. A paisagem é entendida aqui como o espaço em evidência, porque é como as relações se deixam mostrar: a paisagem é o espaço como aparência, pois como paisagem as relações se deixam ver, são experiênciadas pelos sentidos. É também uma forma de diálogo dos sentidos com o espaço, porque é um convite ao uso e ao ser como parte de um espaço construído. Por conta disso, quando o espaço torna-se o lócus da paisagem imputada também produz-se uma ruptura sensitiva entre a paisagem e muitos dos habitantes, pela perda dos referenciais espaciais e paisagísticos.

O direito à cidade é também o direito à paisagem como resultado das manifestações culturais dos que nela habitam, que marcam o espaço urbano com seus modos de ver e ser espacializados. Isso também significa o direito à estética da micro apropriação espacial, que se apresenta tão multifacetada quanto for a diversidade de culturas dos que nela vivem. Se podemos entender o espaço como a dimensão das relações humanas, dos eventos que elas produzem[21], a paisagem é o limiar dessas relações como aparência, e por isso mesmo é um registro dos tempos e dos espaços vividos. Nesse sentido, a cidade sustentável não se confunde com a paisagem esverdeada, bastante difundida na ideia de parques urbanos pelo mundo, assim como os chamados telhados verdes, anteriormente mencionados. Ratificamos o incentivo a essas questões, em especial porque promovem conforto ambiental e também é um direito dos que habitam as cidades; mas não pode requerer o atributo de sustentabilidade urbana.

[20] De Certeau, 1998.
[21] Santos, 1999; Lefebvre, 2000; Lussaut, 2007.

Outro ponto é o que podemos considerar um mito da individualização da susentabildiade. Há uma ideia bastante difundida de que basta cada um fazer a sua parte para que alcancemos a sustentabilidade. Embora a questão ambiental seja sistêmica, complexa e envolva todos os habitantes deste planeta e a ação individual seja importante, sustentabilidade vai muito além da mudança de hábitos cotidianos: significa transformação no modo de produção, no modelo de vida construído pela modernidade e na ideia de natureza posta em prática na modernidade. Passa também pela mudança na forma de conceber o outro - vê-lo como dimensão da totalidade natureza-sociedade na qual somos mais do que parte e todo, porque nos constituímos como relação.

O corpo da cidade não é um padrão, mas um corpo desconfigurado, retalhado; um emaranhado de diferenças e, por isso mesmo, uma infinidade de possibilidades. Nesta ótica, a cidade, entendida como um espaço de habitação humana, é ao mesmo tempo una e múltipla. Mas a cidade como unicidade não pode ser experimentada, apenas compreendida, quando se reconhece essa diversidade que lhe dá corpo. O caminho para a sustentabilidade urbana é o direito à diversidade urbana. Ou melhor: os caminhos para a sustentabilidade, pois diversidade urbana implica na existência de diversas formas de caminhar em direção a outros espaços existentes na própria cidade, que impactados pelo planejamento urbano e pela estética das políticas urbanas padronizadas, permanecem como realidades a serem construídas, enquanto já existem como práticas de sujeitos sociais[22].

A cidade para todos não é a cidade homogênea, com o direito à mesma forma, conteúdo e estética urbanas. Não é, por exemplo, que todos passem a frequentar os grandes centros de compras; e embora cada um tenha o direito ao consumo de mercadorias, que não seja a mercadoria um valor cultural e material supremo. O direito à cidade é produzir possibilidades de desenvolvimento das diversas formas de ver e ser a cidade que coexistem no espaço urbano[23]. Acrescentamos que é também o direito à diversidade, que se manifesta como urbanodiversidade[24] e como urbano-sustentabilidade.

Entendemos que o valor da urbanosustentabilidade como dimensão da urbanodiversidade é porque a diversidade social pode produz uma diversidade de saber, de onde se originam saberes ambientais. Os saberes sobre a cidade, que constroem a realidade urbana como múltipla e una, são também de dimensão ambiental.

Nesse sentido, um dos caminhos para a sustentabilidade é a valorização da criatividade como dimensão humana, e não apenas como o atributo de seres privilegiado, tão comumente relacionada às grandes descobertas científicas e tecnológicas[25]. Para além disso, a criatividade é a capacidade de criar a partir de contextos favoráveis ou adversos, que se expressam como um atributo da inteligência, mas também como necessidade, sobrevivência, resistência e defesa de valores. As pessoas são criativas em seu cotidiano, porque a vida requer um constante inventar-se e reinventar-se como dinâmica

[22] Galeano, 2015.
[23] Harvey, 2000.
[24] Trindade Jr, 2010.
[25] Florida, 2004.

cotidiana. Compreender o que as pessoas fazem como prática urbana pode indicar saberes urbanos que se coadunam com interesses ambientais.

As práticas sociais são formas de apropriação espacial; na maioria das vezes não percebidas, porque não são capturadas pelas visões que percebem a cidade apenas como o lócus da produção de mercadoria. O conceito de espaço urbano como uno e múltiplo reverbera para a multidimensionalidade do urbano em todos os seus aspectos: multimensionalidade da paisagem, multidimensionalidade estética e multidimensionalidade da cultura.

Essas dimensionalidades do espaço vivido são *a*padrão, *a*paralelas, porque são cotidianos de fuga da lógica padronizadora, mesmo que por uma subjetividade inconsciente, para usar a noção de máquina desejante cunhada por Félix Guattari e Gilles Deleuze. São revolucionárias porque portam a capacidade de produzir o novo, mesmo que não seja o extremo ou o oposto absoluto do que se configura como padrão estabelecido negado. Por isso não devem ser tratadas como *anti*, no sentido da absoluta produção do contrário; mas como "*a*", que não se representa como parte do padrão existente, mas que não é sua negação absoluta, porque também contém deste como realidade experienciada e como matéria vivida. E é justamente por configurarem formas de ocupação e apropriação do espaço urbano fora dos padrões estabelecidos como modelo de vida nas cidades, que essas formas de produção espacial são fundamentais para a ideia de sustentabilidade urbana, porque representam outros sentidos de mundos. Pode existir, nesses meios, uma estética criativa capaz de produzir alternativas ao planejamento urbano nivelador e uni direcionado.

O papel da criatividade social é fundamental porque o que seria a cidade sustentável é um vir a ser; não é a proposta de uma cidade do futuro, mas da cidade dentro da cidade existente, outras cidades na cidade. Não existe atualmente uma estratégia definida para dar visibilidade a esta sustentabilidade urbana, daí porque a criatividade humana pode produzir esses caminhos. Tomando como base a diversidade urbana e suas liberdades criativas, são muitos os que podemos denominar de devir-sustentabilidade, porque a urbanodiversidade é uma miríade de possibilidades - são mundos *a*parelelos, sustentabilidades *a*paralelas.

Essa liberdade criativa presente na urbanodiversidade não é necessariamente o contrário absoluto do padrão urbano que hoje molda as cidades em escala global, porque também nasce dos modelos urbanos implementados nas cidades modernas para tornar-se sua negação, mas não porque volta-se contra, e justamente porque é uma alternativa a ele. Daí porque é revolução aparelala, não há uma luta contra um modelo, é a própria mudança como realização de si mesma: como pulsação, como desejo, como impulsos de vida social em todas as direções. O corpo em coma não está lutando por outra forma de vida, ele é em função dos próprios impulsos que os alimenta. Não é um corpo estático, corpo sem vida, é corpo vibrátil, é corpo-possibilidade. O corpo em coma é utopia, porque se alimenta do que é e ao mesmo tempo há um vir a ser como possibilidade potencializada.

O espaço urbano produz o tempo todo essas formas-movimentos. As paisagens de resistência nas periferias das grandes cidades, por exemplo, são representativas dessa dimensão da utopia urbana. Não significa reivindicar o espaço da periferia como modelo de ocupação das cidades, uma vez que é uma inserção pela vulnerabilidade espacial que muito debilita a vida humana nesses lugares, mas como mecanismos de apropriar-se espacialmente daquilo que lhe pertence e dá a ele um sentido existencial. Da negação ao solo urbano privilegiado surge a liberdade criativa, que é também espaço de esperança e de poética da existência espacializada. Mesmo que em espaço precário há uma poética da liberdade, no que tange o apropriar-se desse espaço e transformá-lo em seu pela estética do fazer a partir da realidade apropriada.

A liberdade como caminho para a sustentabilidade é a criatividade como valor humano fundamental. Mas essa liberdade criativa não deve ser confundida com negação das funções que o Estado deve oferecer em termos de planejamento urbano. Ao contrário disso, a proposta é que como instituição provedora de recursos o Estado atue como um facilitar dessas liberdades.

O primeiro passo é reconhecer a dimensão múltipla do espaço urbano, e que nesse sentido não pode existir um pensamento único para uma cidade permeada pela diversidade. Nesse aspecto, requer o reconhecimento do saber não científico, não acadêmico, como uma dimensão construtiva do espaço urbano: em forma, conteúdo e estética. O Estado facilitador deve atuar a favor da convergência criativa, no sentido de que o planejamento urbano deve moldar-se aos cotidianos construídos pelos habitantes das cidades. Isso também implica a desconstrução da figura do planejador artífice da construção urbana. Os planejadores urbanos, como conhecedores de realidades urbanas, atuarão também como facilitares das potencialidades urbanas. Questões como estas podem promover a aproximação entre as instituições públicas que atuam como planejadoras e ordenadoras das relações espaciais e a diversidade das relações. O conhecimento de psicologia ambiental e de filosofia muito podem contribuir com o planejamento urbano para a constituição de espaços urbanos diversos e democráticos.

Um dos obstáculos para começarmos a caminhar por essas diversidades é justamente o distanciamento entre o que se produz nos espaços negligenciados pelos atores das políticas públicas urbanas e o que é produzido nos centros econômicos e estéticos dominantes das cidades. E também o descolamento entre esses espaços de negligência e a produção do saber acadêmico. O que se produz nas cidades em termos de planejamento reflete a assimetria de poder das relações sociais.

O que atualmente ganha destaque como cidade sustentável é a cidade do pensamento único reapropriada pelos mecanismos de poder político e econômico, que talvez com mais força ganharam o reforço de áreas acadêmicas que estão nas universidades mas abdicaram da crítica ambiental e da crítica da natureza em favor de um ambientalismo de vitrine: para governantes e mercado imobiliário ver e usar. E se esse urbanismo verde ainda não ganhou a dimensão econômica que potencialmente tem, é porque a própria indústria imobiliária ainda busca meios de externalizar os custos dessa produção; uma vez que o mesmo é uma questão de preço - trata-se de quem tem direito à natureza na

cidade, a essa natureza planejada em escritórios de arquiteturas e gabinetes de planejamento urbano.

Essas práticas construtivas advindas das inovações tecnológicas são fundamentais para superarmos problemas pontuais da crise ambiental: como clima urbano, as diversas formas de poluição urbana, promoção da melhor qualidade do ar, de uma qualidade ambiental em termos de conforto ambiental, etc. Novamente enfatizamos que não é interesse deste trabalho desclassificar o papel a ser desempenhado por essa forma de inovação. Não obstante, que essas medidas tomem o crédito que lhe é devido - o da promoção de uma cidade mais ambientalmente equilibrada naquilo que envolve a materialidade físico-ambiental do espaço; o que aqui também podemos denominar equilíbrio ambiental do ambiente construído.

Mas cidades sustentáveis precisam ser pensadas como inovação social, cujo principal conteúdo a favor da sustentabilidade seja seus próprios habitantes. Identificar e reconhecer uma estética do cotidiano arraigada como elemento espaço-cultural é fundamental; trata-se das práticas de fazer dos sujeitos pensantes e desejantes e que transformam pensamento e desejo em modos de apropriação do espaço e de sua organização.

É preciso ver a cidade como o terceiro instruído simbolizado pela veste retalhada do rei Arlequim descrita por Michel Serres em o Terceiro Instruído (1991). A critica ao espaço fragmentado, bastante comum na literatura de Geografia e outras Ciências Sociais, não requere o espaço homogêneo, a igualdade espacial como espaço padronizado. A crítica à fragmentação faz alusão aos espaços de privilégio e sua injustiça espacial. Impor uma forma estética que imprime aos modos diferentes de ser e ver o espaço urbano, é um exemplo dessas injustiças. Outro, é produzir impossibilidades de realização espacial para esses olhares outros, para as outras vivências-mundos. Mas também é preciso entender que esses retalhos se comunicam, que é a relação entre eles que produzem a unicidade-múltipla. Isso implica que é sempre preciso ver além da unicidade e além da fragmentação, porque são as relações que tornam aparentes um e o outro.

Assim, se o caminho para a sustentabilidade passa por um novo saber socioambiental, a utopia da cidade sustentável requer a promoção do direito à diversidade na cidade. Essa diversidade é a própria complexidade do tecido social que dá forma à cidade como totalidade. Se ela é marcada pela diversidade, então há, nesse sentido, uma diversidade de saberes da cidade e de como nela habitar[26]. É a utopia da materialização dessas microterritorialidades como o direito à cidade. As microterritorialidades atuam como microrevoluçõe, são potenciais de transformação, máquinas desejantes que produzem transformação[27].

[26] Lefebvre, 2000; Harvey, 2000; De Certeau, 1998.
[27] Guattari, 2011.

## Algumas considerações finais

A cidade sustentável não cabe nas noções atuais de sustentabilidade, porque também não cabe nos conceitos de cidade e em suas formas-conteúdos atuais. Não é a cidade das grandes ideias verdes, mas das ideias que primam pelo existencialismo humano, onde sustentável passa a ser uma dimensão do saber urbano, que a urbanodiversidade pode produzir pela diversidade de saberes e práticas dos sujeitos.

O espaço é totalidade e incompletude. Como totalidade ele se manifesta enquanto eventos realizados que lhes dão forma, conteúdo e processos definidos. Mas como incompletude, ele se abre para as transformações, se revela enquanto movimento de constante totalização.

Sendo também uno e múltiplo ele expressa duas condições importantes enquanto possibilidades de realização social: a primeira é que a multiplicidade significa que novas configurações sociais são sempre uma possibilidade, e essas configurações podem transformar realidades - o espaço enquanto materialidade estriada é sempre propício a novas apropriações; a segunda é que a condição de unicidade põe a multiplicidade como realidades distintas conectadas, o que pode ser entendido que não há configuração social isolada de seu todo, e sempre que um novo corpo social é colocado em movimento ele pode dinamizar outros corpos componentes do corpo-órgão. Explicado de outra forma: o que entendemos por segmentos sociais da sociedade não são unidades isoladas em uma multiplicidade sem corpo, mas como unidades-movimento que compõem a unicidade espacial como realidade complexa. O espaço é uma possibilidade constante de utopia.

A relação entre cidade, utopia e espaço e sustentabilidade é aquela onde o espaço-cidade é produto e combustível dos que nela habitam. Considerar a cidade como espaço expressa que esta porta a possibilidade de mudança porque é o lugar da ação, dos que agem a partir de seus interesses, desejos e poder de agir nesta. A cidade é espaço ocupado e é espaço apropriado. Como condição ocupada ela abriga potenciais de mudanças, máquinas desejantes, porque qualquer corpo espacializado está em situação de transformar o espaço ocupado, mesmo que de forma assimétrica, pois estão em posições diferentes do exercício do poder.

Por isso, a urbanodiversidade é uma dimensão fundamental das transformações da cidade. E sendo o caminho para a sustentabilidade uma mudança necessária a ser alcançada, ela passa pela condição que a diversidade possui de se apropriar do urbano e nele imprimir modos de ser e ver a cidade.

## Bibliografia

ALMODOVAR, Pedro. *Hable con ella*. 20th Century Fox (DVD). EUA, 2003.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ARENDT, Hannah. *O que é política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: *Modernização: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Ulrich Beck, Anthony Giddens, Scott Lash. São Paulo: Editora Unesp, 2012.p. 11-88.

BRUNDTLAND, G. H. (Org.) *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

COSTA, J. M.; RICHETTI, P. O natural e o social na crise ambiental. Reflexões sobre a relação sociedade-natureza. *Ecología Austral*. 21: 363-368. 2011.

COSTA, Jodival Mauricio. *Processos contemporâneos de organização do espaço Amazônico: empresa, meio ambiente e estratégias de desenvolvimento sustentável no sudeste do Pará***.** Tese de Doutoramento, Universidade de São Paulo**:** São Paulo, 2013.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

FLORIDA, Richard. *Cities and creative class*. Nova York: Routledge, 2004.

GALEANO, Eduardo. *El libro de los abrazos*. s/d. Disponível em http://www.portalalba.org/biblioteca/GALEANO%20EDUARDO.%20El%20Libro%20de%20los%20Abrazos.pdf. Acesso em dezembro de 2015.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GUATTARI, Félix. *Lignes de fuite: pour un autre monde de possibles*. Paris: Éditions de l`Aube, 2011.

HABERMAS, Jurgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LASH, SCOTT. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: *Modernização: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Ulrich Beck, Anthony Giddens, Scott Lash. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 167-258.

LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru,SP: EDUSC, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4ª édition. Paris: Anthropos, 2000.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental*.6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 494 p.

LEFF, Enrique. *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 2006

LUSSAULT, Michel. *L'homme spatial: la construction sociale de l'espace humain*. Paris: Seuil, 2007.

MEADOWS, Dennis e MEADOWS, Donella. *Limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental. Transformações contemporâneas do desejo*. Editora Estação Liberdade, São Paulo, 1989.

ROLNIK, Suely. "Fale com ele" ou como tratar o corpo vibrátil em coma. *Conferência proferida nos simpósios: Corpo, Arte e Clínica* (UFRGS, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional – Mestrado. Porto Alegre, 11 de abril de 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7ª Ed. Porto: Afrontamentos, 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 19999.

SERRES, Michel. *O terceiro instruído*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

SERRES, Michel. *Le tiers-instruit*. Paris: Gallimard, 1991.

TRINDADE JR, Saint-Clair. *Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional*. Cidades, Vol 7, 2012.